



INFORMATIVO SEMANAL

**EDIÇÃO DO DIA 24/02/2016 – QUARTA-FEIRA
ITAJAÍ-SC (44/2016)**

Qual a data máxima para entrega das declarações à RFB, sem incidência de multa no mês de fevereiro/2016?

Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos De Interesse Principal - Pessoas Jurídicas	Período de Apuração
5	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1o a 31/janeiro/2016
10	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos.	1o a 31/janeiro/2016
15	DCP - Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI	Outubro-Dez/2015
16	EFD-Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita. - (Consulte a Instrução Normativa no 1.252, de 1o de março de 2012).	novembro/2015
22	PGDAS-D – Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional	janeiro/2015
23	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – Mensal	dezembro/2015
29	Decred - Declaração de Operações com Cartões de Crédito	Julho-Dezembro/2015
29	DIF Papel Imune – Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune	Julho-Dezembro/2015
29	Dimob - Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias	Ano-calendário de 2015
29	Dimof - Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira	Julho-Dezembro/2015
29	Dirf - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte	Ano-calendário 2015
	De Interesse Principal das Pessoas Físicas	
5	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1º/Janeiro/2016 a 31/janeiro/2016
29	DOI – Declaração sobre Operações Imobiliárias	janeiro/2016



DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

- Como anunciamos há alguns dias, a regra do **Convenio CONFAZ 93/2015** tinha vícios de inconstitucionalidade. Nossa suspeita foi confirmada na última semana por voto do ministro Dias Toffoli no STF no que tange ao art. 9º que regulamenta empresas do **SIMPLES**. Há mais tópicos sendo discutido em outra ADI, nº 5469 proposta pela OAB onde possivelmente outros tópicos do convênio sejam declarados inconstitucionais? Quer planejar? Converse com um especialista no assunto!

Via Ghisleni Advogados



DIREITO TRIBUTÁRIO - IR E INVESTIMENTO NO EXTERIOR

- Embora 91% das empresas brasileiras que tem investimento no exterior tenham com nos países da Alemanha, Austrália, Colômbia, Estados Unidos e Reino Unido, o Brasil não tem acordo para não tributação com eles. O Brasil tem apenas 32 acordos de para a não bi-tributação. O investimento no exterior pelas empresas brasileiras é comum, principalmente quando há retração no mercado interno. Sua empresa tem investimentos no exterior? Consulte um especialista!

→ *Via Ghisleni Advogados*



DIREITO TRIBUTÁRIO - ITCMD - OPERAÇÃO DOAÇÃO LEGAL

- A SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL está operacionalizando a quarta fase da operação doação legal. Até o dia 29/02 será possível apresentar Dief-ITCMD e pagar o tributo sobre doações não declaradas ao fisco estadual sem pagar multa e juros. Depois dessa data terá acréscimo de 75% a título de multa e juros pela taxa SELIC. Mas há casos em que o tributo é cobrado e é indevido. **Você recebeu notificação do Fisco sobre o assunto?** Fale com um especialista e tire suas dúvidas.

Via Ghisleni Advogados.



**GHISLENI
ADVOGADOS**

Assessoria em licitações e Direito Tributário.
Defesas administrativas e judiciais em autuações
fiscais, planejamento tributário, restituição
administrativa e judicial de tributos.

DIREITO TRIBUTÁRIO – IMPUGNAÇÃO MULTAS FISCO

- **No regulamento aduaneiro e no Regulamento do IR há previsões de multas, mas elas são ilegais. Quer maiores esclarecimentos?**

Via Ghisleni Advogados



DIREITO EMPRESARIAL – DISSOLUÇÃO EMPRESARIAL

- **A DISSOLUÇÃO EMPRESARIAL pode ser total ou parcial. A parcial ocorre com a liquidação das cotas, sendo que apenas ocorre a redução do capital social; já a total a sociedade será extinta nas hipóteses previstas no art. 1033 do CC/02. **A dissolução irregular (sem baixa nos órgãos competentes) implica responsabilidade dos sócios e administradores pelas dívidas, com a possível desconsideração da personalidade jurídica para atingir patrimônio** desses particulares. Você gostaria de saber mais sobre a dissolução da sua empresa? contate-nos!**

Via Ghisleni Advogados



DIREITO EMPRESARIAL – REGISTRO DA EMPRESA

- **AS atividades empresariais são inscritas no Registro Público de Empresas Mercantis, ao passo que as atividades intelectuais são inscritas no Registro Público das Pessoas Jurídicas.** Você gostaria de obter mais informações sobre inscrição e regularização da sua empresa? contate-nos!

Via Ghisleni Advogados

